ORGANIZADORES:
RAINEI RODRIGUES JADEJISKI
JOSILÉIA CURTY DE OLIVEIRA

EDUCAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE OUTRA HEGEMONIA:

EXPERIÊNCIAS, TEORIAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA



CLAEC Editora

Organização

Rainei Rodrigues Jadejiski

Josiléia Curty de Oliveira

Educações para a construção de outra hegemonia: experiências, teorias e práticas de resistência

1ª Edição

Foz do Iguaçu

2026

© 2026, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo
Capa: Gloriana Solís Alpízar
Revisão final: Os organizadores
ISBN 978-65-89284-86-4
DOI: https://doi.org/10.23899/9786589284864
Disponível em: https://publicar.claec.org/editora/pt_BR/catalog/book/160

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Educações para a construção de outra hegemonia [livro eletrônico]: experiências, teorias e práticas de resistência / organização Rainei Rodrigues Jadejiski, Josiléia Curty de Oliveira. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2026. PDF.

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-89284-86-4

1. Decolonialidade. 2. Interculturalidade. 3. Resistência. I. Título.

CDD: 370

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Lic. Jéssica Biltches Costa
Editora-Executiva

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana (México)

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil)

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia (Brasil)

Dr. Daniel Levine
University of Michigan (Estados Unidos da América)

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Escola Nacional de Administração Pública (Brasil)

Dr. Fábio do Vale
Faculdade Insted (Brasil)

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil)

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá (Brasil)

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III (França)

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso (Brasil)

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara (México)

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Brasil)

Dr. Ronaldo Silva
Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosário (Argentina)

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República (Uruguai)

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil)

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolivar (Equador)

DOI: 10.23899/9786589284864.9

Memórias da plantação: refletindo sobre o pacto da branquitude

Luana Docena Reis[1], Suzana Feldens Schwertner[2], Morgana Domênica Hattge[3], Ana Caroline Krenczinski de Lima[4]

Introdução

O que significa pensar a sociedade a partir de uma perspectiva decolonial? De que forma o colonialismo ainda atravessa nossas práticas cotidianas? Que efeitos as lentes decoloniais podem produzir dentro da universidade? Com essas indagações em mente, o Grupo de Trabalho Ensino e Diferenças, integrante dos Grupos de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq) e Juventudes, Imagem e Educação (JImE/CNP), dedicou-se, nos seus encontros de estudo quinzenais, a buscar conhecer melhor a literatura negra e práticas antirracistas, problematizando a posição dos sujeitos envolvidos com esses estudos e suas compreensões sociais.

O presente artigo se apresenta como um relato de experiência do grupo de trabalho "Ensino e Diferenças" no qual pesquisadoras da área do Ensino, doutorandas, mestrandas, bolsistas de Iniciação Científica e voluntárias de múltiplas áreas se reúnem, desde 2021, para estudar sobre temas que reverberam sobre as práticas de ensino, pensando em um contexto que inclua e acolha as diferenças e singularidades. Semestralmente, são estabelecidas diferentes metodologias e temáticas para os estudos, escolhidas a partir de acontecimentos ou movimentos sociais que refletem no universo da educação.

Assim, no início de 2023, a partir da divulgação da temática "Decolonialidade: vozes, territórios e existências", norteadora do evento "Diálogos na Contemporaneidade1", organizado pela Universidade do Vale do Taquari, o grupo

[1] Graduanda de Psicologia da Universidade do Vale do Taquari - Univates e Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS.

[2] Psicóloga. Doutora em Educação. Especialista em Literatura Infantil e Juvenil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Docente do curso de Psicologia da Univates.

[3] Pedagoga. Doutora em Educação. Especialista em Literatura Infantil e Juvenil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Docente do curso de Pedagogia da Univates.

[4] Estudante do Curso Normal – Ensino Médio. Bolsista de Iniciação Científica Júnior CNPq. Instituição de formação: Colégio Estadual Presidente Castelo Branco.

DOI: 10.23899/9786589284864.9

propôs-se a aprofundar os estudos, também, sobre decolonialidades. Os 15 encontros ocorreram a cada 15 dias, nas terças-feiras à tarde, de maneira híbrida, durante todo ano de 2023. Com a duração de 1h30 e a participação de interessados de diferentes níveis de formação, os estudos mobilizaram discussões e reflexões que deram sustentação ao que se apresenta no artigo.

No primeiro semestre, a obra estudada foi "Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano", de Grada Kilomba (2019) que enfatiza a importância de se conhecer os discursos racistas para superar a negação e, coletivamente, em um processo de responsabilização, efetivar reparação e mudanças. Grada é escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa, reconhecida pelo trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo.

No segundo semestre, os debates se estabeleceram a partir da obra "O Pacto da Branquitude", de Cida Bento (2022), que nos alerta acerca da cumplicidade não verbalizada entre pessoas brancas, que perpetuam opressões e mantêm a dominação. Maria Aparecida da Silva Bento é uma psicóloga e ativista brasileira, que atua na redução das desigualdades raciais e de gênero no ambiente de trabalho.

A escolha da leitura de duas obras produzidas por autoras, mulheres negras, não é à toa: buscou-se, logo na seleção das obras, apontar para a dimensão das vozes marginalizadas em dois entrecruzamentos. É também, por esta escolha, que o presente texto opta por elencar o gênero feminino em sua escrita, na aposta por uma desacomodação da escrita na língua portuguesa, que privilegia o masculino em detrimento do feminino.

Além disso, ao longo do ano, as participantes foram convidadas a explorar outras obras pertinentes à discussão e conhecer diversas autoras da literatura que lançam diferentes olhares sobre temáticas decoloniais. Nestes, as participantes contemplaram e aprenderam, também, através de obras de escritoras como: Djamila Ribeiro (2018, 2019), Itamar Vieira Junior (2019), bell hooks (2018), Jeferson Tenório (2020), Conceição Evaristo (2006), Carolina Maria de Jesus (2019), José Falero (2020), entre outros. A partir de uma lista de livros elaborada por meio da sugestão de membros do grupo, cada integrante escolheu uma ou duas leituras paralelas a serem compartilhadas, ao final do ano, coletivamente, como complemento dos debates levantados pelas duas obras que guiaram os encontros.

Podemos falar sobre racismo?

Em um primeiro momento, o grupo refletiu acerca da credibilidade do grupo e o lugar de fala das participantes, bem como suas próprias interações com o racismo,

DOI: 10.23899/9786589284864.9

dentro do contexto em que vivem. Nesse sentido, vale ressaltar que o grupo é composto por participantes em sua maioria brancas, de classe média e alta, de diferentes regiões do Brasil. Assim, entende-se que as experiências e reflexões compartilhadas no grupo, e também neste trabalho, implicam processos vivenciados a partir de perspectivas específicas e privilegiadas, que ainda, embora motivadas a modificar a realidade opressora, sabem pouco, ou quase nada, sobre o sofrimento que o racismo provoca. Se não sofremos diretamente os impactos do racismo, será que podemos falar e debater sobre ele, ou seria isso mais uma forma de perpetuar racismos e preconceitos? De que lugar falamos?

Para debater sobre lugar de fala (Ribeiro, 2019), é importante considerar o poder dos discursos e a importância da conversa: "A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade" (Kilomba, 2019, p. 14). Pensando nisso, é comum uma negação do racismo, sobretudo com discursos meritocráticos, de que todas podem falar e conquistar espaços de poder, caso façam por merecer.

Por isso é importante ressaltar que uma conversa só é estabelecida na presença do outro (Skliar, 2018), para isso, mais do que apenas disponibilidade e atos de fala, necessita-se de um outro que escute. A partir desse entendimento, é impossível não se incomodar com o pacto velado da branquitude (Bento, 2022) que, com seu poder, escolhe discursos e conversas que podem ser estabelecidas: "Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida" (Kilomba, 2019, p. 42). Assim sendo, as autoras levam-nos a refletir sobre quem está sendo escutado: na educação, na mídia, na ciência e na política, e sobre o que e como essas pessoas têm falado:

> Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválida; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se "especialistas" em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 51).

Falar é uma oportunidade, não apenas de tornar público algum conhecimento ou saber, mas também, de buscar escuta, para além de características e mobilizações individuais, à representatividade de um coletivo. Por isso, ao debruçarmo-nos sobre textos de autoras negras que retratam situações de racismos vivenciadas cotidianamente, de formas explícitas e veladas, devemos estar atentas e sensibilizadas não apenas em ouvir, respeitando e dando visibilidade, mas também em admitir os

DOI: 10.23899/9786589284864.9

racismos sociais e aqueles, que em uma sociedade constituída pelo racismo estrutural (Almeida, 2021), residem em nós.

Segundo Bárbara Carine Pinheiro (2023), há que se atentar para o papel da branquitude na luta antirracista: ele se torna central, pois parte de quem criou o racismo. Para a educadora, "[...] as pessoas brancas críticas terão que construir por si sós esse caminho, até porque essa atuação está no campo existencial da branquitude [...]" (Pinheiro, 2023, p. 60-61). Portanto, ler, estudar, debater, (re)pensar e se pensar faz parte de um compromisso que nós, pessoas brancas, precisamos assumir, pois não mudaremos a realidade de uma sociedade racista se apenas os negros lutarem por ela.

Dito isso, torna-se inevitável revisitar os espaços e contextos já habitados para confrontar-se com a própria posição em cenas e situações atravessadas por falas, pensamentos, piadas e representações racistas. É urgente discutir as razões que sustentam a persistente ignorância da branquitude, pois não deveria ser necessária uma constante convocação ao exercício diário de análise sobre nossos próprios gestos, discursos e silêncios diante do racismo que estrutura a realidade brasileira. Assim, torna-se fundamental analisar-se cotidianamente, questionando para onde direcionamos nossos olhares e expressões, os quais carregam um imaginário social enraizado no racismo. Dessa forma, não cabe questionar o quão diretas ou indiretas são essas manifestações, pois não há gradação para o racismo, há apenas a ignorância insistente da branquitude: "Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste" (Bento, 2022, p. 28-29). Ao se colocar na posição de ser humano universal, padrão a partir do qual o seu outro é compreendido como menor, a branquitude se mantém em lugar de privilégios e no imaginário de grande parte da população essas representações continuam muito vivas.

A opressão presente no racismo

A opressão pode ser manifestada através da violência, coerção, discriminação e criação de estereótipos, muitas vezes irreais e inalcançáveis para perpetuar as desigualdades existentes. A opressão funciona como um mecanismo de defesa do ego, em que o opressor a utiliza para manter a posição de privilégio da qual tem receio de sair ou perder (Kilomba, 2019). Além disso, o oprimido pode contribuir para manter tal configuração social pois, ao ser oprimido, passa a entrar também em um modo de defesa, agindo a favor daquilo que o prejudicará menos e será mais fácil, sendo assim, silenciando e tendo sua existência aniquilada.

DOI: 10.23899/9786589284864.9

Os modos sutis de opressão, através de piadas racistas, homofóbicas, misóginas e patriarcais, elogios carregados de estereótipos, sarcasmos e ironias, e pautados em discursos meritocratas corroboram para violentar e negar a existência dos indivíduos. Grada Kilomba (2019, p. 135) destaca que piadas racistas têm a função sádica de provocar prazer a partir da dor infligida e da humilhação da/o "Outra/o" racial, dando-lhe um senso de perda em relação ao sujeito branco: "O indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter" (Kilomba, 2019, p. 39).

A opressão não é entendida como um comportamento aceitável na sociedade, não há um orgulho em ser opressor. Assim, criam-se maneiras de negar ou mascarar atos e ideias opressoras. Grada Kilomba (2019, p. 34) indica que "no racismo a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de opressão". Assim, a partir do momento em que se nega e legitima a opressão, ela se torna mascarada e sutil, perpetuada a partir de discursos os quais invertem os papéis, distorcem a realidade e mascaram a opressão como forma de liberdade de opinião e em uma falsa benevolência, dificultando ainda mais as formas de defesa dos oprimidos. Nas palavras da autora: "Enquanto o sujeito negro torna-se inimigo intrusivo, o branco torna-se vítima e compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano" (Kilomba, 2019, p. 34).

A opressão não é entendida como um comportamento aceitável na sociedade, não há um orgulho em ser opressor. Assim, criam-se maneiras de negar ou mascarar atos e ideias opressoras. Grada Kilomba (2019, p. 34) indica que "no racismo a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de opressão". Assim, a partir do momento em que se nega e legitima a opressão, ela se torna mascarada e sutil, perpetuada a partir de discursos os quais invertem os papéis, distorcem a realidade e mascaram a opressão como forma de liberdade de opinião e em uma falsa benevolência, dificultando ainda mais as formas de defesa dos oprimidos. Nas palavras da autora: "Enquanto o sujeito negro torna-se inimigo intrusivo, o branco torna-se vítima e compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano" (Kilomba, 2019, p. 34).

A sociedade capitalista neoliberal responsabiliza os sujeitos pelo seu fracasso, prezando pelo consumo, pelo individualismo, pela manutenção de padrões e mede o valor de cada um a partir de suas conquistas econômicas. O quanto cada um é capaz de produzir e acumular determina seu valor e sua posição social. Logo, o medo e o mal-estar mobilizam em prol de um desejo de pertencimento, liberdade, ascensão social e poder. Nesse sentido, pensar fora da sua própria realidade, considerar outras possibilidades de existência que respeitem o coletivo e a diversidade é uma tarefa que aflige, desconforta e causa sofrimento, sendo constantemente negada e evitada. É de interesse dos modelos organizacionais que regem a sociedade atualmente, e dos

DOI: 10.23899/9786589284864.9

brancos privilegiados, que as pessoas não questionem e não pensem em coletivo, pois assim geraria uma instabilidade para o sistema e fragmentaria o poder. De acordo com bell hooks (2023, p. 99), "em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar a violência como meio aceitável de controle social".

Para Paulo Freire (2005), apenas os oprimidos estão preparados para entender o terrível significado de uma sociedade opressora. Pensar na opressão, nas desigualdades sociais e nos direitos desumanos presentes na sociedade pode ser doloroso, pois pressupõe um certo grau de consciência do sofrimento, empatia, identificação, desconstrução dos privilégios, responsabilidade, culpa e desafia os paradigmas. Assim, pensar requer uma submissão a um processo de julgar e produzir um raciocínio lógico, que por si só pode ser desconfortável pois "uma vez confrontado com verdades desconfortáveis dessa história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta 'não saber...', 'não entender...', 'não se lembrar...', 'não acreditar..', 'não estar convencido...' (Kilomba, 2019, p. 42). Ainda, as pessoas silenciam os oprimidos por não estarem preparadas e dispostas para se responsabilizar sobre sua opressão, visto que este ato colocaria seus privilégios em risco.

Pensando nisso, Grada Kilomba (2019) reinterpreta os cinco mecanismos de defesa, expostos por Paul Gilroy (1987), aos quais o sujeito opressor deve passar para se tornar consciente da sua própria opressão, que são: negação; culpa; vergonha; reconhecimento; reparação. Negação seria a recusa em conhecer a verdade. A culpa diz respeito ao reconhecimento de ter feito algo o qual não deveria ter feito. A vergonha está conectada à percepção de se ver a partir da perspectiva que o oprimido pode ver. O reconhecimento precede o entendimento dos privilégios que possui, e a realidade opressora. Por fim, a reparação acontece através da mudança de estruturas, dinâmicas, posições e atitudes que visem eliminar a opressão.

Apesar do desconforto e do medo que possa surgir, é importante lembrar que pensar sobre a opressão e as desigualdades sociais é fundamental para promover a mudança e a justiça. Ao confrontar essas questões e enfrentar o medo, podemos nos tornar agentes transformadores e contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva: "É melhor aprender a duvidar de nossos medos inflacionados antes que eles nos destruam. Medos válidos têm seu lugar; eles nos avisam para o perigo. Medos falsos e exagerados só causam dificuldades" (Glassner, 1999, p. 65, tradução nossa).